

afipea

Sindicato Nacional dos
Servidores do Ipea

Associação dos
Funcionários do Ipea

Escolha de Luciana Servo para a Presidência do Ipea 2023/2026

Afipea-Sindical

NOTA PÚBLICA

NOTA PÚBLICA

Afipea congratula-se com a Ministra Simone Tebet pela escolha de Luciana Mendes Santos Servo para a Presidência do Ipea 2023/2026

A AFIPEA congratula-se com a ministra Simone Tebet do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) pela escolha de **Luciana Mendes Santos Servo** para a Presidência do Ipea. Esta escolha demonstra, parafraseando nosso querido Ministro Silvio Almeida dos Direitos Humanos, por ocasião do seu belíssimo discurso de posse, que de fato *a democracia existe e é muito importante para nós!*

Luciana Servo, além de servidora de carreira no Ipea desde 1998, possui trajetória acadêmica e profissional de grande relevo no campo das políticas públicas brasileiras, notadamente em temas do desenvolvimento regional, mundo do trabalho e economia da saúde.

Ademais dessas credenciais, Luciana fez parte da diretoria da Afipea entre 2021 e o início de 2023, ajudando a levar a cabo um importante processo de contestação e resistência crítica ao governo Bolsonaro, tendo sido voz ativa e propositiva durante o período de transição para o governo Lula nos meses de novembro e dezembro de 2022.

Contando sempre com imenso apoio interno dos seus colegas servidores e colaboradores do Ipea, Luciana terá agora pela frente o enorme desafio da reconstrução institucional do órgão, que como muitos outros em âmbito federal vinham sofrendo processos severos de desorganização em vários níveis.

No caso do Ipea, para além de uma mudança de sede em Brasília desnecessária, apressada e mal planejada – talvez o maior erro institucional de toda sua história! –, importa ressaltar as perdas anuais de orçamento e pessoal para as atividades administrativas e de pesquisa aplicada, assessoramento governamental e capacitação técnica.

Contando até então com um quadro de servidores estatutários muito diminuído e desmotivado, o Ipea teve sua capacidade de produção e entregas bastante desestruturada e enfraquecida, vendo inclusive reduzidas as áreas de atuação em pesquisa e assessoramento para as quais havia se capacitado por ocasião do último concurso público ocorrido na instituição no já longínquo ano de 2008.

Desta maneira, resta urgente um trabalho de recuperação institucional do Ipea que, ao mesmo tempo que estabelece as bases internas para a sua adequada reorganização física, tecnológica, orçamentária, logística, comunicacional e humana – *com reativação imediata de concursos públicos para todas as suas áreas de trabalho* –, também avança intelectual e estrategicamente no seu reposicionamento externo em termos da produção de conhecimentos relevantes e do debate público necessário à reconstrução do Estado e retomada do desenvolvimento nacional.

Nesse âmbito, embora a gestão passada do Ipea não tenha se colocado formalmente à disposição do processo de transição governamental, um grupo expressivo de seus servidores e colaboradores produziu, sob auspícios da Afipea, o [documento *Subsídios para a Transição de Governo*](#). Elaborado ao calor das discussões que permearam os meses de novembro e dezembro

durante a transição governamental, ele conseguiu levantar de modo tempestivo 54 notas técnicas em assuntos relacionados aos 32 grupos temáticos instituídos pela comissão da transição, servindo de subsídio técnico ao processo de tomada de decisões que redundou na nova configuração de ministérios e diretrizes de governo desde 01º de janeiro de 2023.¹

Este exemplo demonstra a imensa capacidade técnica e grande potencial da instituição em subsidiar de modo orgânico e estratégico o processo de governar que ora se reinicia no Brasil. Entre os nossos objetivos finalísticos estão: i) Avaliar e propor políticas públicas e programas essenciais ao desenvolvimento do país; ii) Formular estudos prospectivos para orientar estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo; iii) Assessorar o Estado na melhoria da qualidade de suas decisões; e iv) Contribuir para a qualificação do debate público quanto aos rumos do desenvolvimento do país e da ação do Estado.

Mas a despeito das credenciais historicamente conquistadas pelo Ipea, elas não foram suficientes para conter a trajetória de enfraquecimento de seu potencial institucional, restando hoje como dramáticas, dentre outras coisas, as questões de orçamento, instalações, pessoal e carreira própria.

A situação orçamentária do Ipea vem em trajetória de contração com prejuízos significativos para a realização de atividades administrativas essenciais quanto para o financiamento do plano de trabalho de pesquisas e assessoramento governamental. O valor previsto para 2023 significa uma redução adicional no montante de R\$ 6 milhões em relação ao já insuficiente orçamento autorizado para o ano anterior.

Do ponto de vista das instalações físicas e tecnológicas, sobretudo em sua sede em Brasília, trata-se de espaço físico insuficiente e condições inadequadas ao mister principal da organização, projetando-se como necessário um abrangente redesenho interno com modernização de equipamentos e conceitos, tendo em vista as características do trabalho finalístico do Ipea, bem como as tendências atuais dos processos laborais em um mundo pós-pandêmico cada vez mais digitalizado e imaterial.

Por sua vez, em termos do seu quadro de pessoal, o Ipea conta atualmente com um corpo técnico bastante reduzido. São 318 servidores efetivos, 80 deles de nível intermediário. Nas carreiras de nível superior, os Técnicos em Planejamento e Pesquisa (TPP) totalizam apenas 198 efetivos e os Técnicos em Desenvolvimento apenas 20. Em relação ao início dos anos 2010, houve uma redução de quase 50% no quadro total de servidores. Ademais, conta-se, atualmente, com um contingente expressivo de servidores cedidos a outros órgãos e cargos e em abono permanência ou próximos da aposentadoria – estima-se que, nos próximos cinco anos, ao redor de 20% dos servidores se aposentem.

Esse quadro de esvaziamento se reflete nas 411 vagas para os seus cargos, sendo 212 para nível superior e alguns colocados em extinção como o cargo de analista de sistemas e de assessor especializado. Há, assim, vagas disponíveis para duplicar o corpo técnico e, em alguma medida, repor a capacidade de pesquisa do início da década passada, mas também se faz necessário ampliar as vagas relacionadas ao apoio administrativo, comunicação, editoração e informática.

¹ Além desse documento, outras Notas Técnicas foram produzidas sob coordenação da Afipea, redundando no livro **Memórias da Transição: contribuições da Afipea ao processo de governar** (Brasília: Afipea, 2023, no prelo).

Essas atividades, a despeito de sua importância, vêm sendo fragilizadas seja pelo reduzido número de servidores seja pela remuneração inferior. Desta feita, um realinhamento/reenquadramento desses cargos no âmbito de uma carreira única de nível superior com qualificações e atribuições elevadas é de fundamental importância para fortalecer essas áreas e recuperar a capacidade administrativa e técnica no Ipea.

Recentemente, a própria Afipea formulou e encaminhou propostas para o Ministério da Economia relativas à reversão da extinção do cargo de analista de sistemas e assessor especializado, além de auxiliar técnico, bem como de reorganização dos cargos administrativos com proposta de unificação (Ofício n. 25/2022 Afipea).

Essas e outras iniciativas produzidas pela Afipea desde 2019 encontram-se, portanto, à disposição da nova gestão que terá início em 2023 sob comando da colega Luciana Servo, a quem desejamos todo o sucesso possível e oferecemos todo o apoio necessário para que o Ipea possa continuar exercendo suas funções de modo digno e em apoio à reconstrução do Estado e do desenvolvimento brasileiro.

Atenciosamente



José Celso Cardoso Jr.
Presidente da Afipea-Sindical